

# O capital em contradição: notas acerca das mudanças espaciais na dinâmica da acumulação capitalista

## *Capital in contradiction: notes on spatial changes in the dynamics of capitalist accumulation*

Flávia Felix Barbosa<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo coloca em evidência as transformações relativas ao espaço-tempo ocorridas em virtude da acumulação capitalista. Destaca-se as contribuições de Marx e Harvey para o entendimento do assunto. Entende-se, a partir destes autores, que a dinâmica competitiva, contraditória e desigual do sistema capitalista possui um caráter histórico-geográfico e engendra constantes mudanças no que se refere a estrutura espaço-temporalidade. O capital, no seu movimento expansivo, busca a “compressão do espaço-tempo” no intuito de destruir as barreiras geográficas e, assim, integrar espaços em favor da sua valorização. Ao mesmo tempo cria um desenvolvimento geográfico desigual, promove “ajustes espaciais” e produz diversidade geográfica através da concentração e do deslocamento do capital, principalmente diante do fenômeno da crise. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial e a localização dos processos de produção aparecem como síntese de múltiplas determinações e a efetivação das mudanças espaciais e das configurações geográficas e urbanas encontra-se fortemente determinada pela dinâmica do capital.

**Palavras-chave:** Capital. Acumulação. Crise. Tempo. Espaço.

**Abstract:** This article highlights the transformations related to space-time that occurred due to capitalist accumulation. We highlight the contributions of Marx and Harvey to the understanding of the subject. From these authors, it is understood that the competitive, contradictory and unequal dynamics of the capitalist system has a historical-geographical character and engenders constant changes regarding the space-temporality structure. Capital, in its expansive movement, seeks “space-time compression” in order to destroy geographical barriers and thus integrate spaces in favor of

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU). Autor(a) correspondente, *Email:* [flavia.felixb@gmail.com](mailto:flavia.felixb@gmail.com)

their valorization. At the same time it creates uneven geographical development, promotes “spatial adjustments” and produces geographical diversity through the concentration and displacement of capital, especially in the face of the crisis phenomenon. In this sense, territorial development and the location of production processes appear as a synthesis of multiple determinations, and the realization of spatial changes and geographical and urban configurations is strongly determined by the dynamics of capital.

**Keywords:** Capital. Accumulation. Crisis. Time. Space.

**JEL codes:** B14. B15. O1. P1.

## I Considerações iniciais

A mudança tecnológica e a mudança espacial são imanentes a lógica de acumulação capitalista. Karl Marx investigou a produção e a reprodução da vida social, sob a égide do capital, no espaço-tempo e deslindou como a concorrência intercapitalista e os conflitos de classe impulsionavam o avanço técnico-científico. As forças produtivas e as relações de produção são produtos históricos em permanente mutação dentro do movimento real contraditório. Os avanços na tecnologia produtiva afetam a própria dinâmica da acumulação e implica a “compressão do espaço-tempo”.

O capital possui uma processualidade contraditória, com certas tendências e contratendências. Crises se manifestam regularmente e consistem na desvalorização do capital excedente. O fenômeno da crise traz consigo a necessidade de recriar as bases da acumulação. Assim, os processos de reestruturação produtiva e de reestruturação geográfica são exemplos característicos da forma como o capital procura estabelecer novos patamares para a sua valorização.

Em seu processo reprodutivo, o capital se materializa, movimentase e expande-se em um plano espacial-urbano como um dos aspectos importantes do seu movimento concreto-real. As configurações e as mudanças geográficas devem ser apreendidas a partir da lógica do capital e das suas contradições imanentes. A integração e a exclusão de espaços no âmbito da economia mundial não estão desvinculadas do processo de valorização do capital. O desenvolvimento geográfico desigual é parte integrante do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>O entendimento de desenvolvimento desigual e combinado se baseia nas proposições de León Trotsky. “O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela em parte alguma, com a evidência e a complexidade com que o demonstra o destino dos países atrasados. Fustigados pelo chicote da necessidade material, os países atrasados veem a necessidade de avançar aos

Ao se deter a geografia histórica do capitalismo a partir de Marx, David Harvey ressaltava a questão do desenvolvimento geográfico desigual. A acumulação de capital ocorre no espaço-tempo e o ímpeto de valorização leva a “compressão do espaço-tempo”. A acumulação cria e destrói as barreiras espaciais e a diversidade geográfica. A concorrência e as crises se manifestam em diferentes escalas geográficas. Ademais, o capital se reestrutura via “ajustes espaciais” diante das crises estruturais.

Novos espaços a acumulação surgem por meio dos processos de concentração e dispersão geográfica do capital. Neste percurso, tanto a diversidade geográfica quanto as novas formas de territorialidade são constantemente produzidas. Assim, a maior mobilidade do capital no contexto da globalização não gerou homogeneização espacial.

Feitas essas considerações, este artigo traz a questão da mudança temporal-espacial presente na dinâmica da acumulação capitalista. A primeira parte do artigo revisita a teorização de Marx acerca do processo de produção do capital. A seguir, expõe-se as contribuições de David Harvey e outros autores acerca das mudanças do espaço-tempo. A segunda parte do artigo dedica-se a relação entre crise e configurações espaciais. Marx nos permite entender os fundamentos e o papel da crise. Harvey, por sua vez, apreende a relação mencionada como um momento ativo da reprodução ampliada do capital. Além disto, conceitos e processos pertinentes à questão da territorialização da economia serão analisados. Para isto, outros estudos e contribuições serão incorporados.

## **II A acumulação de capital e as mudanças técnicas, temporais-espaciais**

O trabalho é o primado das relações econômicas e sociais. Inúmeras e variadas formas de interação social e configuração espacial não poderiam existir sem esta categoria central na compreensão do modo como a sociedade se organiza para produzir e reproduzir a vida. Em *O Capital*, Marx expôs o trabalho como “ontologia do ser social”, como intercâmbio entre o homem e a natureza, em todo tempo e espaço, apesar de todas as particularidades e especificidades históricas. O trabalho cria as relações materiais sobre as quais se erguem outras

---

saltos. Dessa lei universal do desenvolvimento desigual deriva outra que, na falta de nome mais adequado, qualificaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à combinação de distintas fases, à mistura de formas arcaicas e modernas” (TROTSKY, 2007, p. 49).

relações sociais.

Essencialmente, o homem atua sobre a natureza para produzir as condições materiais de existência e, assim, produz e reproduz a vida e a história humana. Portanto, o trabalho é “fundante” do ser social em qualquer sociedade e em qualquer território. Ademais, as relações sociais estão intimamente ligadas as forças produtivas, representativas de um determinado tempo, “produtos históricos e transitórios” (MARX, 2009, p. 125–6). As relações construídas a partir do trabalho são permanentes da sociedade, mas, também são dinâmicas e mutáveis no tempo como Marx e Engels explicitaram em *A Ideologia Alemã*.

O trabalho possui duplo caráter na sociedade capitalista. Como unidade de trabalho concreto e trabalho abstrato constitui o meio de satisfação das necessidades humanas e meio para a valorização do capital<sup>3</sup>. O trabalho assalariado é a mercadoria *sui generis* no processo de valorização, sendo este lastreado na produção para o lucro e na propriedade privada dos meios de produção. Acerca desse processo, Marx esclarece:

“[...] a força de trabalho em atividade não só reproduz seu próprio valor, mas também cria valor excedente. Essa mais-valia constitui o excedente do valor do produto em relação ao valor dos componentes do produto consumidos, a saber, os meios de produção e a força de trabalho [...]. O excedente que o valor total do produto tem sobre a soma dos valores de seus elementos constitutivos é o excedente do capital ampliado sobre o capital originalmente despendido. Os meios de produção, de um lado, e a força de trabalho, do outro, são apenas diferentes formas de existência assumidas pelo valor do capital original ao despir-se da forma dinheiro e transformar-se nos fatores do processo de trabalho”. (MARX, 2006, p. 244).

A produção de mercadorias atinge um nível jamais visto no capitalismo. Os próprios elementos do processo de trabalho – os meios de produção e a força de trabalho – são mercadorias destinadas a produção de outras mercadorias com intuito de valorizar capital. Logi-

---

<sup>3</sup> “[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...]. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2006, p. 211). O trabalho concreto diz respeito ao dispêndio de trabalho sob uma forma particular, útil à produção de valores de uso, para satisfação das necessidades humanas. O trabalho abstrato constitui-se pelo dispêndio de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, e constitui o valor das mercadorias, expresso em seu valor de troca (MARX, 2006).

camente, a produção e a circulação das mercadorias e do capital não ocorrem no vazio de espaço-tempo.

O geógrafo Milton Santos investigou a ontologia do espaço. Ele salientou a técnica como meio de transformação do espaço geográfico e como expressão da empirização do tempo. A técnica diz respeito a relação homem-natureza, a produção da vida material num determinado espaço, lugar onde ocorre o processo de trabalho, o processo de produção e o desenrolar da história humana.

O espaço é a realidade geográfica na qual está presente um conjunto de fixos e fluxos. Existem ações que modificam e redefinem o lugar ao estabelecer novas condições ambientais, econômicas e sociais. Assim, nova realidade geográfica e determinada configuração territorial se apresentam como resultado das ações e com novos fluxos e fixos. O espaço da vida material é o lugar da existência social, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção e constitui um produto histórico (SANTOS, 2004).

Além disso, o espaço se forma através de sistemas de objetos e ações. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2004, p. 39). O sistema de objetos se refere a forma como se dão as ações de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e, também, ao modo de produzir a materialidade da vida social numa perspectiva funcional e simbólica. Já o sistema de ação trata das relações sociais produtoras das técnicas e dos símbolos. Deste modo, o espaço seria produzido por um conjunto de processos materiais e processos de significação, refletindo uma condição social, física e histórica.

No espaço acontece a produção e reprodução da vida material e social. Acontece ainda a valorização do capital na formação socioeconômica capitalista. David Harvey, geógrafo marxista contemporâneo, enfatiza que a acumulação de capital envolve terra, espaço e tempo. Na perspectiva de Harvey, o “valor internaliza toda a geografia histórica dos processos de trabalho, da produção e da concretização da mercadoria, e da acumulação do capital no espaço-tempo do mercado mundial” (HARVEY, 2013, p. 28).

A organização espacial e a localização das atividades econômicas fazem parte da materialidade das relações sociais, pois “o espaço é requerido como um elemento de toda produção e atividade humana” (HARVEY, 2013, p. 496). A terra é o local onde se aloca o capital e o

trabalho. Desse modo, a localização e as configurações espaciais são socialmente produzidas e se tornam um “momento ativo” da dinâmica temporal da acumulação e reprodução do capital.

Marx elucidou a dinâmica contraditória da acumulação em meio a concorrência intercapitalista e a luta de classes. Essas duas forças movem o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social<sup>4</sup>. A concorrência intercapitalistas motiva a introdução de novos métodos de produção e organização do trabalho e as melhorias nos meios de transporte. As inovações, de um modo geral, buscam ampliar a extração de mais-valor devido a redução dos custos, a ampliação da produtividade do trabalho, a diminuição do tempo de produção e circulação das mercadorias, do dinheiro e do capital (MARX, 2006; MARX, 1980).

Marx mostrou ainda como o desenvolvimento das forças produtivas cria a tendência à queda da taxa de lucro em virtude de se empregar menos trabalho vivo em relação ao capital total empregado<sup>5</sup>. Diante dessa tendência surgem as contratendências, tais como: progresso técnico capaz de aumentar o grau de exploração da força de trabalho, desenvolvimento do sistema de transporte, do sistema de crédito e do capital a juros para reduzir o tempo de rotação do capital (MARX, 1983).

O progresso técnico permite ampliar a produtividade do trabalho e a escala de produção, necessárias à redução dos preços das mercadorias. Marx admite inicialmente que “a luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias”, de forma que os capitais maiores, por deterem melhores condições de produção derrotam os capitais menores, gerando a tendência de concentração e centralização do capital (MARX, 2006).

---

<sup>4</sup>A cooperação simples, a manufatura e a grande indústria constituem para Marx o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. No entanto, só a grande indústria foi capaz de instaurar a base técnica e organizacional especificamente capitalista, superando os entraves ao domínio real do capital sobre o processo de trabalho e de produção. As máquinas permitiram o controle objetivo do capital sobre o processo de trabalho e o trabalho subsumiu-se realmente ao capital. As máquinas retiraram do processo de trabalho o caráter empírico e subjetivo, tornou-o objetivo, o que caracteriza a forma especificamente capitalista de produção. Por um lado, as máquinas permitiram facilitar, integrar e melhorar a precisão e a rapidez dos trabalhos. Por outro, o sistema de máquinas transformou os trabalhadores em apêndices, e aumentou a produtividade dependendo cada vez menos da habilidade do trabalho vivo imediato (MARX, 2006; MARX, 1980).

<sup>5</sup>“A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho [...]. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta em movimento [...] assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente [...]. A queda da taxa de lucro expressa, portanto, a proporção decrescente da própria mais-valia em face do capital global adiantado” (MARX, 1983, p.164-5).

A concentração e a centralização do capital modificam a própria dinâmica da concorrência e da acumulação capitalista. Os capitais, cada vez maiores, possuem condições para implementar novas tecnologias e novos meios de transporte e comunicação no intuito de abrir novos mercados, de investir em novas esferas, de ampliar a escala de produção e operacionalização em nível mundial. Evidentemente, profundas mudanças estruturais e espaciais resultam desse processo.

Permanentemente o capitalismo cria e destrói as estruturas existentes através do processo concorrencial, no qual a mudança tecnológica faz parte da estratégia competitiva ampla e variada, com múltiplos efeitos dinâmicos no plano econômico e social. A mudança tecnológica está no centro da dinâmica capitalista, constitui a principal arma da concorrência e deflagra mudanças descontínuas no que tange aos métodos produtivos, aos produtos e mercados no tempo e no espaço.

Em David Harvey (2013) a tecnologia é a forma material do processo de trabalho e expressa as forças produtivas e as relações sociais de produção vigentes em um determinado período histórico. A tecnologia é produto dos processos históricos e sociais nas relações reais de existência no curso da história humana. Nos marcos do capitalismo a busca incessante por produção, apropriação e realização do valor impulsiona os avanços na tecnologia, as vezes sob a forma de revoluções tecnológicas. Contudo, o dinamismo tecnológico, grandemente impulsionado pela concorrência capitalista, além de criar possibilidades de lucro, engendra inconsistências que estão por detrás do fenômeno da crise. Tanto a mudança tecnológica quanto as crises promovem mudanças espaciais significativas. A reestruturação das forças produtivas e dos espaços são, portanto, imanentes à lógica capitalista e há uma desigualdade considerável no desenvolvimento da tecnologia e da geografia. Existem barreiras construídas e rompidas incessantemente e produção de configurações espaciais.

Harvey se debruçou sobre a dimensão temporal e espacial presente no processo de acumulação. A acumulação de capital e os processos produtivos não se dão no vazio de espaço-tempo e há reestruturação dos espaços-temporalidades continuamente. Tem-se, assim, a produção capitalista do espaço. Nesse sentido:

“A acumulação do capital envolve a expansão do valor no decorrer do tempo. À primeira vista pareceria que o espaço pode ser seguramente deixado de lado em uma análise desse tipo. Entretanto, desprovida do seu ponto de referência ma-

terial tanto nos valores de uso quanto no dinheiro, a acumulação só poderia ser representada idealmente, em vez de materialmente [...]” (HARVEY, 2013, p. 497).

O capital se valoriza no tempo e busca destruir as barreiras espaciais em seu movimento expansivo. Fundamentalmente, o capital procura realizar a “compressão do espaço-tempo” para reduzir o tempo de rotação necessário a produção e realização do valor. Isso significa uma tentativa permanente de encurtar o espaço através do encurtamento do tempo, como meio de se expandir mundialmente (HARVEY, 2013).

A “corrida pelo espaço-tempo” e a competição por locais privilegiados para a produção tornam-se tão importantes para o capital quanto a corrida por inovação tecnológica. A concorrência força a busca por espaços superiores capaz de permitir a redução dos custos e do tempo necessário à valorização. A mobilidade do capital e do trabalho para os espaços considerados melhores conduzem a “destruição criativa da indústria” e a “destruição criativa da terra” (HARVEY, 2011).

Os processos de trabalho, de produção e a reprodução social possuem uma localização definida. A localização particular da produção está sujeita a múltiplas determinações. Ademais, a localização pode ser fonte de renda diferencial e isto motiva a competição interterritorial e a conseqüente mobilidade geográfica da produção para as localizações mais favoráveis. Conforme Harvey:

Na competição, a vantagem relativa da localização se traduz em lucro excedente. Esse lucro excedente, como aquele que acumulam os capitalistas que usam tecnologias superiores, pode ser encarado como uma forma de mais-valor relativo. Ele se acumula para os capitalistas individuais que vendem na média social, mas produzem aos custos locais que são inferiores à média social (HARVEY, 2013, p. 565).

Harvey se atenta a geografia da acumulação capitalista, isto é, como o capitalismo cria e destrói os espaços e as relações espaciais na medida em que o capital se desloca e se concentra em determinados lugares e regiões no seu ímpeto da valorização. Os “ajustes espaciais” possuem

laços estreitos com a concorrência, com as inovações tecnológicas e com as crises cíclicas.

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual, proposta por Harvey, desvelou o processo de configurações espaciais decorrente dos deslocamentos do capital e do trabalho, bem como dos movimentos de concentração e reestruturação geográficas a partir da lógica do capital e de suas crises iminentes. O capital reconfigura e produz o espaço-tempo, cria e destrói as barreiras geográficas incessantemente. As revoluções nos transportes e comunicações permitem a integração espacial e o encurtamento da distância pela redução do tempo. Desse modo:

O que pode ser dito com certeza é que a conquista do espaço e do tempo, assim como a busca incessante para dominar a natureza, há muito tempo tem um papel central na psique coletiva das sociedades capitalistas [...]. O resultado tem sido uma tendência inexorável do mundo do capital de produzir o que chamo de “compressão do tempo espaço” – um mundo no qual o capital se move cada vez mais rápido e onde as distancias de interação são compactadas” (HARVEY, 2011, p. 130–1).

Esta “compressão do espaço-tempo”, possibilitada pelos avanços nos meios de transporte e comunicação e pelas inovações tecnológicas e financeiras em geral, significa alterações contínuas dos espaços relativos devido a redução ou anulação das barreiras espaciais pela redução do tempo. A tecnologia de base microeletrônica representa um bom exemplo desta compressão do espaço-tempo. Esta base técnica permitiu a automação flexível e a renovação fundamental da tecnologia produtiva<sup>6</sup>. Conforme (TAUJLE, 2001) a tecnologia de base microeletrônica foi capaz de automatizar os processos produtivos e controlá-los à distância por computadores. A microeletrônica permitiu a automação de trabalhos ainda não automatizados e a automação flexível de processos até então automatizados de forma rígida. A especificidade dessa tecnologia consiste no fato de as máquinas poderem ser programadas para a produção diversificada ou padronizada, em pequena ou grande escala, obtendo-se uma utilização intensa das máquinas. Esta base técnica rompeu com os limites da automação eletromecânica inviável para produção flexível. A aplicação da microeletrônica aos processos produtivos aumentou a produtividade e a qualidade do traba-

---

<sup>6</sup>Sobre a tecnologia de microeletrônica ver Moraes Neto (1995, 1996)

lho ao mesmo tempo em que reduziu os custos e o tempo de produção. Com esta tecnologia processos produtivos nos quais ainda havia uma forte dependência do trabalho vivo imediato, como a linha de montagem, foram submetidos ao princípio da maquinaria<sup>7</sup>. A compressão do espaço pelo tempo reduz o tempo de giro e o custo de circulação do capital além de criar ou intensificar os espaços para a acumulação. Assim:

Enquanto o capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca), e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, por outro lado, em anular esse espaço pelo tempo [...]. Quanto mais desenvolvido o capital [...] mais esse capital esforça-se, simultaneamente, em relação a uma maior ampliação do mercado e a uma maior anulação do espaço pelo tempo (Marx, 1973: 539)” (HARVEY, 2005, p. 51).

Muitos fatores explicam o encurtamento do espaço pelo tempo assim como a intensificação e a expansão geográfica da acumulação, entre eles: as inovações tecnológicas, o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, o desenvolvimento do sistema de crédito e as crises cíclicas. O sistema capitalista cria e destrói o ambiente geográfico, os centros de produção e comercialização, as praças financeiras, as barreiras e estruturas espaciais. Harvey preocupou-se em mostrar como as crises constituem o segundo pilar no entendimento do processo de destruição reconstrutora dos espaços-temporalidades. Ele diz ser “pelas leis coercitivas da competição e pelas crises que a raciona-

---

<sup>7</sup>A automação flexível deve-se a possibilidade de programar e reprogramar as máquinas através de sistemas lógicos de memória, de controle, de sensores e de programas específicos dos microprocessadores integrados à estrutura física das máquinas, responsáveis por fornecer todas as especificações necessárias para o procedimento do trabalho. Esta base técnica surgiu na indústria armamentista dos Estados Unidos durante a década de 1940. A seguir foi implementada na indústria química e depois foi difundida por vários ramos produtivos (MANDEL, 1982). A indústria metal-mecânica, particularmente a indústria automobilística, tem sido grande empregadora dessa tecnologia na contemporaneidade. Segundo (TAUJLE, 2001), as tecnologias de base microeletrônica permitem a simulação virtual bem próxima da realidade, inclui a capacidade de resolução gráfica e a interação de espaços virtuais. O uso dessas tecnologias permitiu construir protótipos, fazer simulações e testes de forma virtual antes da sua realização física, com a garantia de que a realização física do projeto fosse fiel à virtual. O chip marcou a revolução desta base técnica, substituindo milhões de válvulas e transmissores responsáveis pela maioria dos problemas técnicos, tornando a produção mais regular e intensa. Além disso, os dispositivos computadorizados foram aplicados a vários tipos de máquinas: máquina-ferramenta universal, máquina *transfer*, manipulador ou braço mecânico. A aplicação nesse último equipamento deu origem aos robôs (DNC – *Direct Numerical Control*). Um robô pode desempenhar várias tarefas, basta programá-lo. Até mesmo as atividades de gestão como planejamento, programação e controle da produção puderam ser automatizadas com as tecnologias de base microeletrônica através do sistema CAD-CAM (*Computer Aided Design- Computer Aided Manufacturing*).

lização ‘depois do fato’ e a reestruturação geográfica da acumulação de capital ocorrem” (HARVEY, 2011, p. 133).

A produção de escalas espaciais, uma hierarquia dos espaços onde os fenômenos se mostram de modo diferente, e a produção da diferença geográfica, onde as particularidades territoriais, bem como a apropriação humana por meio do uso e ocupação do espaço, geram uma constante modificação em sua paisagem e na forma da produção do valor. Para tanto, o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo é influenciado pela própria espacialização que provoca, sendo uma expressão geográfica das contradições do capital. A parte seguinte do ensaio traz uma breve explanação acerca das crises e de suas implicações na dinâmica de acumulação capitalista, bem como, no desenvolvimento geográfico desigual.

### **III As crises cíclicas e as reestruturações espaciais**

As crises são inerentes a dinâmica capitalista cíclica e expressam as contradições do capital. Pautado na lógica de produção por produção, dinheiro por mais dinheiro, a contradição fundamental do capital consiste no descompasso entre produção e realização do valor. Nesta desproporção está o caráter de superprodução das crises cíclicas.

Em *O Capital* Marx examinou como a contradição da forma mercadoria e da forma dinheiro, indispensáveis ao circuito de valorização do capital, traziam consigo a possibilidade de crise. A desproporção entre valor e valor de uso encerrados na mercadoria e o fato do dinheiro separar os atos de compra e venda das mercadorias no tempo e no espaço abriam janelas para manifestação de crises.

A função de meio de pagamento do dinheiro e o crédito, que resulta da função alterada do dinheiro como meio de pagamento, engendra outra contradição. As relações de troca ocorrem através de promessas de pagamento e recebimento futuro, que podem não se concretizar e impor dificuldades a continuidade do processo de reprodução do capital. No ciclo do capital industrial, o capital percorre as fases da circulação (capital dinheiro e capital mercadoria) e a fase da produção (capital produtivo). Ambas as fases se excluem e se completam criando as condições da valorização. Ademais, na esfera da produção, em que verdadeiramente o valor é produzido, há o consumo produtivo e a impossibilidade de o capital consumir o que se produz, bem como produzir o que se consome. Dessa forma, existe a contradição entre produção e circulação e a contradição entre produção e consumo produtivo criando margens para a ocorrência de crises (MARX, 2006;

AMARAL; CARCANHOLO, 2009).

Para Harvey (2005), Marx percebe as crises como fenômenos que expressam as contradições entre produção e consumo ou entre produção e realização do valor a ponto de gerar um excesso de capital em relação as oportunidades de emprego lucrativas. A ampla desvalorização de capital caracteriza os momentos de crise. No entanto, as crises conformam certa ordem e racionalidade ao desenvolvimento do sistema capitalista por serem correções forçadas e periódicas no curso da acumulação de capital. Obviamente, impõem custos econômicos, sociais e ambientais.

As crises demandam respostas por parte do capital e do Estado no intuito de resolvê-las temporariamente. As crises generalizadas impõem a necessidade de recriar as condições para a acumulação de capital. Isto implica desenvolver novas tecnologias, novos produtos e mercados, aperfeiçoar o sistema de transporte e comunicação e expandir a acumulação de capital para novas áreas (HARVEY, 2005). Contudo, os mecanismos capazes de contrabalanceá-las criam modernas contradições ou acirram contradições antigas. Desta maneira, as crises são apenas deslocadas no tempo e no espaço.

Marx também denota como as tendências do modo de produção capitalista potencializam a formação de crise. O aumento da composição orgânica do capital em face do progresso técnico, a aceleração da rotação do capital pelo avanço do sistema de transporte e o desenvolvimento do capital a juros, a partir da autonomização do capital-dinheiro, acirraram as contradições sistêmicas (MARX, 2006; MARX, 1983).

A economia capitalista vive sucessivas crises desde a década de 1970 em função do acirramento da contradição entre produção e apropriação de valor com o processo de financeirização do capital. Na maior parte das vezes, as crises têm origens nos países centrais e impactam o mundo, a exemplo da crise iniciada em 2007. Denominada subprime ou crise do crédito hipotecário, o epicentro desta crise esteve localizado na economia estadunidense, notadamente, no mercado imobiliário e financeiro de Nova York. A crise local rapidamente se transformou numa crise global pelas redes financeiras e comerciais que integram o mundo. Esta crise atingiu de forma distinta lugares distintos e suscitou respostas políticas locais diversas. Sua origem deve ser buscada na forma como o capital reconfigurou suas bases de acumulação em face da crise da década de 1970 (HARVEY, 2013).

A crise estrutural do capital na década de 1970, crise mais profunda e generalizada que o capitalismo vivenciou na segunda metade

do século XX, expressa em inflação, desemprego, epidemias de falências bancárias e grande aperto de liquidez internacional, exigiu a reconstituição do processo de acumulação do capital em novos patamares. Trata-se, na verdade, de uma crise de superacumulação expressa na queda da taxa de lucro, que foi capaz de desempregar um volume expressivo de capital, colocado em ociosidade e em busca de valorização. Notoriamente, a esfera financeira desempenhou um papel proeminente para a reconstrução da base de valorização do capital, tornando-se hipertrofiada e propulsora das grandes transformações ocorridas na produção e apropriação da riqueza, também concernentes às transformações espaciais e territoriais.

Diante da crise dos anos de 1970 as transformações do capitalismo caminharam no sentido de absorver o excedente de capital. O neoliberalismo, a acumulação financeira-flexível e a globalização aumentaram os fluxos de capital no tempo e no espaço. Em Os limites do capital Harvey diz:

A liberdade global para o movimento do capital (em todas as suas formas) permitiu um acesso imediato ao “ajuste espacial” mediante a expansão geográfica dentro de uma estrutura de destruição geográfica desigual. A rápida acumulação do capital nessa base conduziu à criação e, em alguns casos, à recriação de centros de acumulação regionais independentes – Alemanha, Japão, Brasil, México, Sudeste da Ásia etc. (HARVEY, 2013, p. 638)

A reestruturação produtiva e geográfica transcorreu no sentido de transformar a terra num “campo aberto” à circulação do capital financeirizado. Muitas transformações espaciais e territoriais, na qual a urbanização acelerada do mundo chama atenção, fizeram parte do esforço do capital em abrir novos espaços à acumulação<sup>8</sup>.

A crise de 1973–4 e a crise de 2007–9 surgiram nos EUA e tiveram alcance mundial através das redes financeiras e comerciais globais. A rápida urbanização do mundo a partir da década de 1960, como resultado do processo de concentração-dispersão geográfica do capital, alimentou a formação de bolhas imobiliária-financeiras. Todavia, diante dessas crises de proporção mundial, a urbanização se acelerou e se fez meio de absorção de capital excedente. “O lado sombrio da ab-

---

<sup>8</sup>A rápida urbanização do mundo a partir dos anos de 1970 também foi viabilizada pelo desenvolvimento do sistema de crédito. A urbanização produz e transforma espacialidades e estruturas territoriais redefinindo a geografia do capitalismo e a questão da renda da terra. A este respeito ver Harvey (2011).

sorção do excedente por meio da transformação urbana implica, entretanto, episódios repetidos de reestruturação urbana com ‘destruição criadora’. Isso destaca a importância das crises como momentos de reestruturação urbana [...]” (HARVEY, 2011, p. 148).

Em resumo, a crise implica um processo de ajuste, inclusive no âmbito espacial. Além disso, a trajetória geográfica do capital, como um desdobramento das crises, modifica a própria dinâmica da acumulação. Os revolucionamentos nos meios de transporte e comunicação, a reconfiguração dos espaços da produção, a destruição de determinadas barreiras espaciais expressa a compressão do espaço-tempo e as tentativas, por meio deste expediente, de reduzir os custos e o tempo de rotação do capital.

Harvey (2013) chama atenção para o processo de “ajuste espacial” em face das crises. Novas configurações espaciais surgem como meio de absorção do capital excedente. Ademais, as crises não têm existência fora dos espaço-temporalidades que o capitalismo cria. A crise é sempre uma desvalorização específica de um lugar e implica o deslocamento do capital para outros lugares. Portanto, envolve o problema da reorganização espacial. Apesar de Harvey perceber a importância do componente geográfico para a formação e mitigação das crises, ele reconhece que este processo não resolve os impasses do capital. Nesse sentido:

Embora as crises locais, regionais e cíclicas sejam coisas normais para a elaboração desse processo mediante um desenvolvimento geográfico desigual, a construção das crises globais – normalmente experimentadas de início como crises cíclicas de intensidade crescente – depende do esgotamento das possibilidades para mais transformação revolucionária ao longo de linhas capitalistas Harvey (2013, p. 627).

O capitalismo reconfigura suas bases geográficas por intermédio da concentração e dispersão espacial do capital e do trabalho. Por esta via cria integração e diversidade geográfica. O desenvolvimento do sistema de transporte e comunicação e o desenvolvimento do sistema de crédito são importantes instrumentos para reduzir barreiras espaciais, desvalorizar e valorizar determinados locais. Em suma:

[...] a localização é um momento ativo dentro do qual a circulação e a acumulação totais do capital, que vamos posteriormente chamar de “desenvol-

vimento geográfico desigual”, ao lado das reestruturações radicais da economia de espaço do capitalismo desempenham um papel vital nos processos da formação e resolução da crise, e que estes podem até ser um “ajuste espacial” (como o chamamos) para as contradições internas do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 567).

A mudança espacial, portanto, faz parte da reprodução ampliada do capital, assim como a mudança tecnológica. Estes processos fazem parte da dinâmica capitalista e estão estreitamente vinculados. Neles se incorporam as estratégias competitivas e as estratégias de resolução temporárias das crises.

A desconstrução-reconstrução do espaço sob a lógica do capital perpassa pelas atividades de produção e consumo e pela questão da urbanização. “A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. E um dos principais meios de absorver o excesso de capital”. (HARVEY, 2011, p. 137). Portanto, a acumulação de capital, movida em meio a concorrência e as crises cíclicas, explica satisfatoriamente a destruição e a reconstrução do espaço.

As configurações espaciais encontram-se também relacionadas as especializações produtivas, as hierarquias institucionais e territoriais, as formas de apropriação da renda da terra e as infraestruturas e instituições sociais. Os fluxos do capital moldam e expandem as estruturas espaciais, em parte como uma “solução” para as contradições internas da acumulação. Nesse processo, diferenças geográficas são produzidas (HARVEY, 2013).

Por um lado, a diversidade geográfica constitui um fator básico para a acumulação. Por outro, constitui certas barreiras que o capital precisa transpor. Notoriamente, o capitalismo “encontra barreiras ‘dentro da sua própria natureza’, que o obriga a produzir novas formas de diferenciação geográfica” (HARVEY, 2013, p. 602). Cabe frisar que a globalização não produziu, nem poderia produzir, a homogeneização espacial e territorial. A mobilidade dos fatores econômicos não é condição suficiente para gerar uma convergência neste sentido.

Apesar da maior mobilidade dos fatores econômicos e da maior integração espacial, os locais mantêm suas singularidades, suas hierarquias institucionais e espaciais e suas trajetórias particulares. José Reis (2002) apreende a globalização como uma grande metáfora, identificando uma tensão permanente entre mobilidades (desterritorialização) e localizações (territorialização). “A globalização e a localização

são processos conflituais e, até, potencialmente independentes. Ambos, mas especialmente a localização, são constitutivos de trajetórias inesperadas [...]” (REIS, 2002, p. 116).

Diante da problemática da globalização, Haesbaert (2004) realiza a crítica ao discurso da desterritorialização. Haesbaert propõe entender as complexas mudanças do espaço e do território no capitalismo contemporâneo através do conceito de multiterritorialidade. Trata-se, na verdade, de processos de reterritorialização e da construção de novas territorialidades, sobretudo, de territórios-rede<sup>9</sup>.

A apreensão do movimento de destruição e reconstrução do espaço-tempo, bem como a “compressão do espaço-tempo”, precisa levar em consideração as relações de poder e os processos de dominação e apropriação do espaço segundo Haesbaert. Assim, a desterritorialização seria um “mito” e o território “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95–96). Há ainda sobreposição de territórios, entrelaçados hierarquicamente em diferentes dimensões e escalas para conformar a multiterritorialidade. Nesse sentido:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

O processo de multiterritorialidade pressupõe a diferenciação geográfica. A concentração e a dispersão geográfica se fazem devido a economias e deseconomias de aglomeração. Além disso, as configurações

---

<sup>9</sup>Haesbaert distingue territórios-zona e territórios-rede. Territórios-zona possuem “fronteiras bem delimitadas e identidades fixas”. Os territórios-rede são territórios flexíveis e resultam da conjugação de territórios-zona. Formam espaços descontínuos devido a fluidez e a mobilidade dos objetos materiais e simbólicos dentro das redes territoriais existentes. Os territórios-redes configuram a multiterritorialidade em sentido estrito uma vez que há “fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão ‘eclodir’, pois formações rizomáticas também são possíveis [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 348). Esta temática também pode ser vista em Ortega (2008).

espaciais refletem as lutas de classe, os conflitos e alianças locais particulares, a competição interterritorial, bem como a rigidez e a fluidez do capital enquanto uma contradição fundamental do capital<sup>10</sup>.

Conforme Harvey (2013) o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo sugere que a desvalorização do capital é sempre uma desvalorização particular, individual e específica do local. Pressupõe a desvalorização do capital e do trabalho em um determinado tempo-espaço. A desvalorização é uma determinação social e induz reestruturação das configurações espaciais como forma de mitigar a crise dentro do local e/ou região.

Benko (2002) aborda as modificações na organização territorial a partir das crises e da “insuperável dialética do local e do global”. Focaliza a dinâmica dos novos espaços econômicos com base na indústria de alta tecnologia, na economia de serviços e nas atividades artesanais das pequenas empresas situadas nos novos distritos industriais, perante o novo sistema de produção e regulação social do capitalismo contemporâneo. A dinâmica de acumulação flexível envolve os processos de concentração e desconcentração espacial das atividades produtivas e a reestruturação espacial da economia como um todo<sup>11</sup>.

Segundo Benko (2002, p. 30) “o sistema produtivo se fratura, dando origem a um mosaico de territórios diferenciados, entre os quais os tecnopolos apresentam especificidades bem marcadas”. A globalização construiu novos espaços industriais e modificou profundamente os velhos espaços. Houve também aumento das disparidades espaciais ao invés de unificação e homogeneização.

Com o avanço do desenvolvimento geográfico desigual, as “revoluções no valor são estimuladas pela busca por mais-valor relativo mediante a mudança tecnológica ou mudanças de lugar. O efeito disso é desvalorizar os capitais empregados em tecnologias inferiores ou em localizações inferiores” (HARVEY, 2013, p. 614). Assim, os espaços são reconfigurados continuamente. O declínio e a ascensão de certos lugares e regiões devido a mobilidade do capital e do trabalho e a criação/destruição de barreiras geográficas são processos ativos na dinâmica capitalista contraditória.

Harvey sublinha a capacidade de uma crise local se transformar numa crise global e vice-versa. Realça também o fato de as crises pro-

---

<sup>10</sup>“A base se apoia nessa condição conflitante que surge porque uma parte do capital social total tem de ser imobilizado para proporcionar ao capital restante maior flexibilidade de movimento. O valor do capital, uma vez que ele está encerrado dentro de infraestruturas físicas e sociais imóveis, tem de ser defendido para não ser desvalorizado” (HARVEY, 2013, p. 606-7).

<sup>11</sup>Acerca dos “distritos industriais”, no qual o caso da “Terceira Itália” é um exemplo característico, ver Becattini (1999), Bagnasco (1999) e Putnam (2000).

duzir e ser produzidas pelo desenvolvimento geográfico desigual. Não obstante, o “ajuste espacial” é visto como incapaz de resolver as contradições do capital no longo prazo.

O desenvolvimento e a expansão geográficos desiguais não podem curar as contradições herdadas pelo capitalismo. Por isso, os problemas do capitalismo não podem ser resolvidos pela mágica instantânea de algum “ajuste espacial”. Mas é importante reconhecer que mais crises gerais surgem do caos e da confusão dos eventos locais, particulares (HARVEY, 2013, p. 621).

O “ajuste espacial” aparece apenas como solução temporária para as crises. A reconfiguração espacial faz parte da dinâmica capitalista assim como os melhoramentos técnico-científicos. Com efeito, as forças de concentração e dispersão geográfica produzem centros e periferias para a acumulação de capital, homogeneidade e heterogeneidade geográfica, rivalidades territoriais, locais e regionais. Portanto, “os processos de acumulação do capital não existem fora dos respectivos contextos geográficos e essas configurações são por natureza bastante diversificadas [...]. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente [...]” (HARVEY, 2011, p. 120).

A geografia histórica do capitalismo materializa-se através da fixação do capital na terra, construindo os espaços no qual o capital poderá circular. A construção de espaços urbanos constitui uma forma característica de absorção e fixação de capital. A criação de redes comerciais e financeiras facilitam enormemente os fluxos internacionais de capital. O capital se move para lugares superiores e se concentra nos locais privilegiados, aqueles que proporcionam condições para reduzir custos e aumentar lucros.

A concentração de atividades econômicas em “distritos industriais” possibilita a obtenção de renda diferencial em virtude da singularidade da localização. O monopólio da localização privilegiada e a competição por localização superior constituem aspectos importantes da dinâmica do capitalismo como Harvey percebeu. As aglomerações geográficas das atividades econômicas se fazem devido as chamadas “economias externas” de produção e comercialização. Em síntese:

A competição força os capitalistas individuais e as corporações a buscarem lugares melhores para produzir, assim como os força a buscar tecnologias superiores. Na medida em que novos locais com menores custos tornam-se disponíveis, os capitalistas sob a mira da concorrência tem de responder mudando-se, se puderem [...]. Mas a con-

corrência por lugares superiores é um tipo peculiar de competição. As empresas podem adotar tecnologias idênticas, mas não podem ocupar lugares idênticos. A competição espacial entre as empresas, como Adam Smith observou há muito tempo, é uma forma de concorrência monopolística (HARVEY, 2011, p. 135).

Vemos, aqui, como Harvey se atentou a questão da vantagem competitiva advinda da localização privilegiada. A renda diferencial vinculada a singularidade da localização faz parte da “produção capitalista do espaço”, do “desenvolvimento geográfico desigual” sob a processualidade contraditória do capital. Nesse movimento, os ativos e rendas da terra constituem um poder particular na dinâmica expansiva do capital.

O capitalismo cria e recria o espaço, aniquila e reconstrói as barreiras espaciais, a especialização regional e a divisão territorial do trabalho. Produz a “compressão do espaço-tempo” e a reformulação dos lugares incessantemente. Assim:

A criação e recriação de relações de espaço cada vez mais novas para as interações humanas e uma das conquistas mais marcantes do capitalismo. A reorganização drástica da paisagem geográfica da produção, da distribuição e do consumo com as mudanças nas relações de espaço não é apenas uma ilustração dramática da tendência do capitalismo para a aniquilação do espaço no decorrer do tempo, mas também implica ataques ferozes de destruição criativa (HARVEY, 2011, p. 155).

O processo de destruição e reconstrução dos lugares não está isento da competição interterritorial e dos conflitos de classe. Estes conflitos ajudam a formar o lugar, a valorizá-lo ou desvalorizá-lo. Entretanto, no lugar também se formam pactos e solidariedades sociais, se manifesta a lógica da ação coletiva e o sentimento de identidade. Erguem ainda arranjos e hierarquias institucionais e territoriais, entre outros aspectos políticos e sociais importantes.

Por certo, a reestruturação dos espaços incrementa a heterogeneidade geográfica e as configurações regionais distintas com relação a divisão do trabalho e aos sistemas de produção, pois, conforme Harvey:

Se diferenças geográficas entre as regiões e estados não existissem, então seriam criadas pelas estratégias diferenciadas de investimento e pela busca do poder de monopólio espacial dado pela singularidade da situação e das qualidades am-

bientais e culturais. A ideia de que o capitalismo promove a homogeneidade geográfica é totalmente errada (HARVEY, 2011, p. 165).

Portanto, a compressão do espaço-tempo e o desenvolvimento geográfico desigual são imanentes a dinâmica da acumulação e reprodução do capital, essencialmente contraditória. As relações espaciais aparecem associadas ao alargamento e aprofundamento dos fluxos do capital e do trabalho, a “produção capitalista do espaço”, a concorrência interterritorial em diferentes escalas geográficas além das mudanças nas relações de poder no plano espacial.

#### IV Conclusão

As transformações no campo da temporalidade-espacialidade integram a dinâmica da acumulação e reprodução ampliada do capital. Os deslocamentos, as concentrações e as dispersões geográficas do capital configuram um modo particular de expansão, de reestruturação, de competição e de valorização capitalista perante a concorrência e as crises cíclicas. Dessa forma, o capital revoluciona incessantemente os espaços e os territórios assim como revoluciona os produtos, os processos produtivos, os mercados, entre outras estruturas econômicas e sociais. A “produção capitalista do espaço” pressupõe a “compreensão do espaço-tempo” como David Harvey tem demonstrado ao longo da sua trajetória teórica. Sem dúvida, o papel das inovações tecnológicas e financeiras e dos avanços nos meios de transporte e comunicação são centrais na apreensão dessa compressão temporal-espacial que significa, em última instância, acelerar a valorização do capital. A lógica da destruição e reconstrução dos espaços manifesta-se também na questão das barreiras geográficas e a heterogeneidade geográfica aparece como um produto histórico do desenvolvimento capitalista.

#### Referências

- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. O. Fenômeno econômico das crises capitalistas nas perspectivas marxista e keynesiana: notas para um debate teórico. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo: [s.n.], 2009.
- BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Ed.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999. p. 33–43.

- BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Ed.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999. p. 45–58.
- BENKO, G. Economias e territórios em mutação. In: BENKO, G. (Ed.). *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 19–101.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Editora Annablume, 2005.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *Capital y tecnología. manuscritos inéditos (1861–1863)*. São Paulo: Terra Nova, 1980.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro III*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K. *A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MORAES NETO, B. R. *Microeletrônica e produção industrial: uma crítica a noção de “revolução generalizada”*. São Paulo, 1995.
- MORAES NETO, B. R. A evolução dos processos de trabalho e a natureza da moderna automação. *Revista Estudos de Sociologia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 65–72, 1996. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/395>>. Acesso em: 05 jun. 2009.
- ORTEGA, A. C. *Territórios deprimidos. Desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas: Alínea Editora, 2008.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- REIS, J. A globalização como metáfora da perplexidade? os processos geo-econômicos e o ‘simples’ funcionamento dos sistemas complexos”. In: SANTOS, B. S. (Ed.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- TAUILE, J. R. *Para reconstruir o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- TROTSKY, L. *História da revolução russa. Tomo Um, Parte Um*. 1. ed. São Paulo: Sundermann, 2007.